



Entre Hobbes, Rousseau e Keynes: A Construção da Ação Estatal no Desenvolvimento Econômico Sustentável

Autor(res)

Valéria Vanessa Eduardo

Vanessa Segna Tolentino

Mateus Yamashiro De Oliveira

Pedro Henrique Esteves Vilar

Paulo Andre Ferreira

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA DE SÃO PAULO

Introdução

O desenvolvimento econômico sustentável em regimes democráticos exige a articulação entre fundamentos filosóficos e econômicos que legitimem a ação estatal. Nesse sentido, três autores clássicos oferecem bases teóricas essenciais: Thomas Hobbes, ao defender a necessidade de um Estado soberano para garantir ordem e estabilidade; Jean-Jacques Rousseau, ao destacar a legitimidade política derivada da vontade geral; e John Maynard Keynes, ao demonstrar a inevitabilidade da intervenção governamental em momentos de crise para recuperar a demanda e preservar o emprego.

A análise das crises econômicas de 1929, 2008 e 2014 evidencia como tais fundamentos permanecem atuais. O colapso da Bolsa de Nova York em 1929 impulsionou políticas como o New Deal, que inauguraram a intervenção estatal sistemática na economia. Em 2008, a falência do Lehman Brothers desencadeou uma recessão global que levou os EUA a adotarem o Troubled Asset Relief Program (TARP), enquanto o Brasil respondeu com estímulos fiscais e expansão do crédito público. Já a recessão brasileira de 2014 demonstrou os limites de políticas anticíclicas quando desacompanhadas de disciplina fiscal, estabilidade institucional e planejamento estratégico.

Nesse contexto, o estudo busca integrar teoria e prática para compreender como políticas públicas eficazes dependem de um tripé: estabilidade institucional, legitimidade democrática e intervenção estatal. Esse equilíbrio é fundamental para fortalecer a resiliência econômica, garantir a coesão social e assegurar a sustentabilidade do desenvolvimento em longo prazo.

Objetivo

Analisar, sob uma perspectiva teórico-contextual, como Hobbes, Rousseau e Keynes fundamentam a existência do Estado, a legitimidade democrática e a intervenção econômica, relacionando essas concepções às crises de 1929, 2008 e 2014, a fim de compreender como políticas públicas podem promover desenvolvimento econômico sustentável.

Material e Métodos



O estudo adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, apoiada em revisão bibliográfica e análise contextual. A pesquisa foi estruturada em duas etapas principais:

1. Revisão bibliográfica: consulta a obras clássicas — *Leviatã* (Hobbes, 1651), *Do Contrato Social* (Rousseau, 1762) e *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda* (Keynes, 1936) — além de estudos contemporâneos sobre crises econômicas, legitimidade democrática e políticas públicas. Foram incluídos artigos científicos, documentos oficiais e literatura especializada que discutem a relação entre teoria e prática estatal.
2. Análise contextual e estudos de caso: avaliação de crises históricas (1929, 2008 e 2014), com base em relatórios, estatísticas e periódicos especializados. O método dialético-comparativo foi aplicado para relacionar fundamentos teóricos às respostas políticas observadas, destacando convergências e limitações das intervenções em diferentes contextos nacionais.

Essa metodologia permitiu articular filosofia política, teoria econômica e análise histórica, fornecendo uma visão crítica sobre o papel do Estado no enfrentamento de crises e na promoção do desenvolvimento econômico sustentável.

Resultados e Discussão

Resultados e Discussão (até 4000 caracteres)

A análise confirmou que a interação entre estabilidade institucional, legitimidade democrática e intervenção estatal é decisiva para o desenvolvimento econômico em regimes democráticos.

Sob a ótica hobbesiana, a autoridade soberana constitui a base institucional necessária para evitar o caos social e político. Sem estabilidade, políticas públicas não encontram terreno fértil para prosperar. Rousseau complementa essa visão ao defender que apenas políticas respaldadas pela vontade geral têm legitimidade e adesão social. Políticas impostas sem consenso tendem ao fracasso ou à contestação. Já Keynes reforça a inevitabilidade da intervenção governamental em períodos de retração, destacando que a demanda efetiva insuficiente só pode ser corrigida pela ação deliberada do Estado.

Os estudos de caso ilustram essas concepções. O New Deal, nos anos 1930, e o TARP, em 2008, mostraram que programas públicos podem reverter crises profundas ao restaurar a confiança dos agentes e reativar a economia. No Brasil, medidas adotadas em 2008, como a expansão do crédito público e estímulos fiscais, reduziram impactos imediatos da crise global. Contudo, a recessão de 2014 revelou fragilidades: a ausência de disciplina fiscal e de estabilidade política comprometeu a eficácia das políticas, resultando em queda do PIB, aumento do desemprego e instabilidade institucional.

A comparação mostra que, embora o pensamento keynesiano continue relevante, sua eficácia depende do suporte oferecido pelos princípios hobbesianos de estabilidade e rousseauianos de legitimidade democrática. Ou seja, não basta intervir: é necessário que a intervenção seja sustentada por um Estado sólido e respaldada socialmente. Além disso, o debate contemporâneo sobre “too big to fail” evidencia novos desafios. O salvamento de instituições financeiras em 2008 gerou questionamentos éticos e políticos sobre os limites da intervenção estatal e a socialização de prejuízos privados. Tais dilemas reforçam a necessidade de políticas transparentes, regulatórias e orientadas pelo interesse público.

Portanto, políticas públicas eficazes não podem ser compreendidas apenas como instrumentos técnicos de intervenção, mas como expressões de um pacto social que equilibre Estado, mercado e sociedade. Esse tripé permanece central para o enfrentamento das crises atuais e futuras.

Conclusão

O desenvolvimento econômico sustentável exige a articulação entre estabilidade institucional, legitimidade



democrática e intervenção estatal. Hobbes, Rousseau e Keynes fornecem fundamentos que permanecem atuais para a formulação de políticas públicas. Estudos de crises históricas mostram que, sem equilíbrio entre teoria e prática, as intervenções perdem eficácia. Assim, a construção de um Estado democrático forte e transparente é condição essencial para enfrentar crises e promover crescimento sustentável.

Referências

HOBBS, T. *Leviatã*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ROUSSEAU, J.-J. *Do contrato social*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

KEYNES, J. M. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Atlas, 1992.

COSTA, F. N. Crise econômica e política no Brasil: uma análise institucional. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 21, n. 2, 2017.

SOUZA, A. L.; SILVA, R. P. Políticas anticíclicas no Brasil pós-2008: limites e possibilidades. *Estudos Econômicos*, v. 49, n. 3, 2019.

SILVA, A. R.; REZENDE. *Crise financeira mundial de 2008 e seus impactos na economia brasileira*. Fortaleza: UFC, 2012.

LIMA DA SILVA, G.; CARMO, W. *A crise financeira de 2008 e seus impactos no Brasil*. IFSP, 2025.

TIME MAGAZINE. "Too Big to Fail". 2009.